

1                               **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
2   **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

3                   **ATA 17/97 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

4 Aos dezoito dias do mês de setembro de 1997, no auditório da SMS - 2º andar, reuniu-se  
5 o plenário do CMS/POA, para deliberar sobre a ordem do dia: **Apresentação pela**  
6 **Federação das Filantrópicas; Assuntos Gerais.** Estiveram presentes os seguintes  
7 conselheiros: Sônia Maria L. Scheibler, Riograndino P. de Oliveira, Ione Terezinha Nichele,  
8 Jaci dos Santos, Maria Alice P. G. Galvete, Maria Ivone Dill, Valdivia Gonçalves Lucas,  
9 João Paulo Mota Lacerda, Jussara Martini, Vera Suzana Athayde Paz, Luiza Maria  
10 Ribeiro, Cláudio Garcia Teixeira, Neusa Maria C. G. Teixeira, Maria Rejane Seibel, Tatiane  
11 da Silva, Lenise Hetzel, Elizabeth E. Cassali, Jorge Abib Cury, Paulo Roberto G. Garcia,  
12 Guilherme Carneiro do Prado, Delmar Oliveira da Silveira, Deoclides F. de Almeida, Marta  
13 Piccinini, Nilzio E. da S. Barbosa, Neusa S.L. Heinzelmann, Ana Lúcia Valente Menzel,  
14 Amaro Silva de Souza. Estiveram presentes os seguintes não Conselheiros: Janete  
15 Mengue, Amélia Pereira Camargo, Sandra Menezes, Rosemaria Timm, Imara Santos,  
16 Mário Araújo, Fábio Cipele, Felipe Dal Pizzol, Maria Lúiza Miranda, Maria Lúcia Baldasso,  
17 Maria Letícia Garcia, Marli de S. Menezes, Zila de Lima Marin, Denise Girardi, Ana Maria  
18 F. Haase, Jane Pilar, Terezinha Maraskin. A Reunião iniciou com a leitura da Ata 16ª  
19 datada de 04 de setembro de 1997. Após a leitura foram solicitadas algumas correções.  
20 Na linha 93 conselheiro Jorge solicita que na fala do Secretário Henrique conste, “da  
21 possibilidade real de pacientes de fora da capital terem atendimento hospitalar recusado”.  
22 Na reunião do dia 25/09 foi aprovado a inclusão por inteiro da fala do Secretário Henrique  
23 Fontana. Segue a fala por inteiro do Sr. Secretário “O teto financeiro de Porto Alegre  
24 negociado durante a municipalização, para atendimento hospitalar é R\$ 9.411.000,00.  
25 Dentro deste teto baseado numa série história de transferência de recursos para Porto  
26 Alegre, estão incluídos pacientes de Porto Alegre e outras cidades que eram atendidos  
27 historicamente aqui, tem crescido o nº de pacientes de fora que são atendidos em Porto  
28 Alegre, de maneira desproporcional em relação a este período que determinou a  
29 negociação do teto de Porto Alegre; então nós ao longo dos últimos meses, temos  
30 operado com um gasto para atendimento hospitalar na faixa de R\$ 9.950.000,00. Sendo  
31 R\$ 9.411.000,00 o teto negociado. No mês de julho houve extrapolação ainda maior, o  
32 volume de atendimento hospitalar, superou mais de 2.000 AIH média e a fatura deu R\$  
33 11.118 mil. O aumento de atendimento hospitalar ficou a mais 1250 internações no mês  
34 de pacientes de fora de Porto Alegre, o total de 1900 internações mensal média para  
35 pacientes de fora e 650 menos de paciente de Porto Alegre. A diminuição de internação  
36 de pacientes de Porto Alegre em parte é fruto da qualificação da rede ambulatorial da  
37 cidade. A lógica da gestão Semi plena é perversa. Hoje é preciso o reconhecimento na  
38 CIB e CIT que Porto Alegre precisa de um teto maior; porque no interior vários hospitais  
39 estão se descredenciando do SUS em Pelotas por exemplo não se consegue uma cirurgia  
40 de catarata pelo SUS. Na CIB está se pautando essa discussão e a ASSEDISA solicitou  
41 que o estado faça prestação de contas, de como está sendo o volume de internações  
42 hospitalares e gastos em internações no restante do RS; porque existe um teto de  
43 recursos para internação que é repassado para o Estado e uma parte deste teto o  
44 município de Porto Alegre recebe direto do MS por estar na gestão simplificada. Se existe  
45 diferentes municípios que não estão atendendo pelo SUS é lógico que esses pacientes  
46 estão vindo de Porto Alegre e que uma parte desse teto estadual, eu imagino isso, deve  
47 estar sobrando enquanto não podemos sustentar, portanto poderia complementar o teto  
48 de Porto Alegre, ampliar o teto. Que se todos nos somos a favor que haja  
49 descentralização, que tenha mais atendimento em outros lugares: Enquanto a realidade é  
50 essa, tem que se mandar recurso para onde tem estrutura de atender os pacientes, onde  
51 se está atendendo. A questão que nós temos colocado, então é que enquanto município e  
52 CMS não podem obviamente sustentar tetos ilimitados de internações e valores ilimitados,  
53 por isso estamos gerando este debate todo, de que se não houver um aumento de  
54 recursos para Porto Alegre, bom infelizmente o que vai ocorrer é que uma parte das

55 pessoas que procuram atendimento e que hoje ainda encontram, não vai poder ser  
56 atendido, porque nós não temos como suportar, por conta de um teto fixo congelado um  
57 aumento progressivo de internações. Isso nós temos conversando com todos os  
58 prestadores e com os hospitais, a partir do problema que houve no mês de julho e  
59 colocado que agora é uma questão de pressão política de movimento, ou seja, que vença  
60 a tese que Porto Alegre precisa de mais teto para internação hospitalar enquanto perdure  
61 essa dificuldade de internações em outros lugares e os caminhos são esses que a gente  
62 está tomando.” Conselheira Rejane solicita correção página 2 linha 97, substituir em 2  
63 painéis por em outro painel também na mesma linha substituir não há por discute e  
64 acrescentar na linha 98 representante de usuário. Na linha 111 acrescentar 11 meses e 29  
65 dias. Na linha 113 pagina 3 o dia 18/09 para 18/10. Na linha 154 acrescentar através da  
66 Comissão de Fiscalização e dos CLS, substituir apurar por informar nos sistemas  
67 COREN's. Após essas correções a ata foi aprovada com seis abstenções. Passou-se para  
68 o ponto de pauta. **Apresentação pela Federação das Filantrópicas:** Jane informa que o  
69 conselheiro Jairo, representante da Federação das Filantrópicas, que iria apresentar este  
70 ponto saiu antes do término da reunião, por isso não teve o entendimento que a  
71 apresentação da sua proposta seria nessa reunião. Em razão do encaminhamento não ter  
72 ficado claro o representante das Filantrópicas já havia assumido um outro compromisso  
73 nesse dia. A proposta é que este ponto seja apresentado numa próxima reunião: É  
74 registrada a presença da 1ª Delegada Regional de Saúde Dra. Imara Santos e  
75 assessoria. Convidou-se as entidades de profissionais, Sindicato Médico e AMRIGS para  
76 participarem da reunião. Conselheiro Deoclides propõe que se remove o convite da  
77 reunião de hoje para o próximo dia 25/9 e transfira-se a pauta desse dia; devido a  
78 urgência em discutir com os hospitais o atendimento pelo SUS, se não for possível propõe  
79 que a pauta do dia 25/09 que é alteração do Regimento Interno/CMS seja dividida,  
80 contemplando a discussão que seria feita hoje. Considera que todos os hospitais que  
81 tenham relação com o SUS devam ser convidados. Conselheira Maria Alice lembra que a  
82 próxima reunião é extraordinária e foi convocada a um mês em 21/8 porque deveria  
83 cumprir prazos legais e a pauta é específica alteração do Regimento Interno/CMS.  
84 Portanto não há possibilidade de redefinir a pauta, que já foi aprovada a um mês neste  
85 plenário. As propostas são colocadas em votação, sendo que a proposta de manter a  
86 pauta original da próxima reunião vence por 17 votos e a proposta do conselheiro  
87 Deoclides obter 01 voto, ficando para a próxima reunião ordinária dia 02/10/97,- A  
88 apresentação pela Federação das Filantrópicas, conjuntura atual da Saúde e Relações  
89 dos prestadores com SUS - Situação atual do Hospital Vila Nova. Conselheira Rejane  
90 propõe que convide os hospitais Públicos, Filantrópicos e conveniados do SUS para  
91 participarem dessa discussão. A seguir passou-se para os **informes:** SINDIHOSPA: -  
92 Sindicato dos hospitais e clínicas de Porto Alegre em conjunto com o PDG-SAÚDE -  
93 PPGA/UFRGS - HCPA - PROCEMPA - SMS e SBIS, promove o ‘ **I ENCONTRO GAÚCHO**  
94 **SOBRE O PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE**’ a realizar-se dia **19 de**  
95 **setembro de 1997**, das 8:00 as 19:00 horas, no auditório José Baldi do Hospital de  
96 Clínicas de Porto Alegre - Rua Ramiro Barcelos, 2350.A Procuradoria da República no Rio  
97 Grande do Sul convida os conselheiros para o Painel “O controle do Sistema único de  
98 Saúde na Esfera Federal: Papel dos Órgãos Administrativos Federais, do Ministério  
99 Público e do Poder Judiciário”, Coordenado pelo Dr. Paulo Gilberto Cogo Leivas, que se  
100 realizará no dia 19 de setembro, às 09:00 horas, no auditório do Foro da Justiça Federal  
101 em Porto Alegre, onde serão debatidos os seguintes temas:. Controle do Sistema Único  
102 de Saúde pelos Órgãos da Administração Pública Federal. Painelista: Dra. Deíles de  
103 Oliveira, Coordenadora-Geral da Auditoria do Ministério da Saúde.. O Papel do Poder  
104 Judiciário na Efetivação do Direito à Saúde: Controle das Políticas Públicas. Painelista:  
105 Dr. Róger Raupp Rios, Juiz Federal Titular da 10ª Vara de Porto Alegre.. A Ação Civil  
106 Pública na Defesa do Direito à Saúde e no Controle dos Atos do Poder Público em  
107 Matéria de Saúde. Painelista: Dra. Consuelo Yatuda Moromizato Yoshida, Procuradora da  
108 República em São Paulo.. Crimes contra o Sistema Único de saúde: Crimes em Espécie e

109 Competência Jurisdicional. Painelista: Dr. Carlos Eduardo Copetti Leite, Procurador da  
110 República no Rio Grande do Sul. Quem convida é Ieda Hoppe Lamaison Procuradora  
111 Regional dos Direitos do Cidadão. Jane relata que na 5ª feira passada houve reunião do  
112 Movimento SOS/SUS todos pela Saúde, saúde para todos, foi definido algumas  
113 estratégias, são elas: organizar um ato com a presença da Bancada Federal Gaúcha dia  
114 06/10; intensificar a coleta de assinaturas pela imediata aprovação da PEC 169.  
115 Conselheiro Amaro complementa, no dia 03/10 o Movimento vai dar uma coletiva na  
116 imprensa com o objetivo de intensificar a mobilização para o ato do dia 06/10, também  
117 terá atividades no dia 04/10 na Feira Ecológica da rua: José Bonifácio e dia 05/10 no  
118 Brique da Redenção coleta assinaturas da PEC e Emenda popular ao orçamento do  
119 Estado, pleitando recursos para o HPS. Conselheiro Paulo Garcia representante da  
120 Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) convida todos os conselheiros para as  
121 atividades da semana da primavera de 19 a 28/09 haverá exposição, concertos, palestras,  
122 gincana, shows, oficinas, cartazes e folders estão a disposição. Jane convida a todos para  
123 o Encontro Metropolitano de luta antimanicomial que acontecerá dia 26/09 na Escola  
124 Técnica da UFRGS. Esse tem como objetivo preparar o encontro estadual que será dias  
125 03 e 04/10 na Câmara de Vereadores de POA. Será discutidas a Ética e política nos  
126 tempos atuais. Conselheiro Amaro informa que ocorreu ontem dia 17/09 em Brasília  
127 reunião do Coletivo Nacional da CUT, teve a presença de mais ou menos 500  
128 sindicalistas. O Ministério da previdência acatou a decisão do Coletivo de reabrir o diálogo  
129 com a sociedade, sobre as portarias do INSS, que pretendiam descaracterizar as normas  
130 regulamentadoras da LER, Benzeno e etc. Também relata o resultado da jornada de  
131 Saúde do Trabalhador, ocorrida no dia 05/09, esta elaborou uma avaliação crítica sobre  
132 as portarias, teve a presença de sindicatos e pouca participação dos conselheiros.  
133 Conselheira Neuza informa que o CLS8 definiu uma cordenação provisória, ficando o  
134 colega Alberto, profissional de Saúde/SMS, Associação de cegos, Associação comunitária  
135 Vila das Placas; Centro de Saúde Modelo e Associação dos Funcionários Municipais na  
136 coordenação do CLS8, reúnem-se no auditório da SMS 1ª e 3ª quarta-feira de cada mês  
137 Sra. Iría, chefe de gabinete SMS, informa de como foi a apresentação do painel Controle  
138 Social, promovido pelo II Encontro de Enfermagem Divisão Saúde Comunitária/GHC. O  
139 CMS foi representado pelo Coletivo de Saúde da CUT; na pessoa do Sr. Stênio Rodrigues  
140 que enfatizou a importância do Controle Social, sendo preferível o conflito que a apatia.  
141 Observa que foi convidada pelo seu trabalho no movimento popular que é anterior a sua  
142 função de hoje Chefe de Gabinete SMS. Conselheiro Jorge questiona sobre a saída do  
143 secretário adjunto e da coordenadora da UACSS; se o motivo tornado público foi o real.  
144 Sra. Iría esclarece que sim, sendo esses dois quadros políticos importantes da SMS, mas  
145 que com a regulamentação da lei que garante o município ofereça condições para a  
146 regulamentação do aborto legal para as mulheres vítimas de estupro e que tem risco de  
147 vida com a gravidez, os dois funcionários optaram por em sair de suas funções. Nada  
148 mais tendo a tratar a reunião deu-se por encerrada às 20horas e30minutos, da qual foi  
149 lavrada a presente ata, e após a leitura e aprovação será devidamente assinada.

150

151

152 Maria Elaine Facioni  
153 Secretária do CMS/POA

154

155

Jane Pilar  
Secretária Executiva do CMS/POA  
Ata aprovada na reunião Plenária do dia 25/09/1997.